



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N 962 DE 08 DE JANEIRO DE 2021.

REGULAMENTA A PROTEAO AOS ANIMAIS
PREVISTA NO ARTIGO 225, 1, INC. VII, DA
CONSTITUIAO FEDERAL NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DE GUATAPAR E D OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribues legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1- Esta lei estabelece diretrizes a serem adotadas pelo Poder Executivo Municipal e seus órgãos, de forma a viabilizar a consecuio das normas de proteção aos animais, desenvolvendo programas que visem o recolhimento de animais soltos nas ruas como cães, gatos, cavalos, e outros animais domésticos ou domesticados, e adoção de medidas protetivas por meio de registro, esterilização cirúrgica, vacinação preventiva, adoção, e de campanhas educativas para a conscientização do público quanto  posse responsável desses animais.

Art. 2 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios e parcerias com entidades de proteção municipal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, para a consecuio dos objetivos previstos nesta lei.

Art. 3 - A política de que trata esta lei será pautada nas seguintes diretrizes:

I- o bem-estar da vida animal;

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR/SP - RUA DOS JASMINS, 296 - CENTRO - CEP: 14115-000 - GUATAPAR/SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

- II - a proteao da integridade física, da saúde e da vida dos animais;
- III - a prevenao visando ao combate a maus-tratos e a abusos de qualquer natureza;
- IV - O recolhimento e a recuperaao de animais vítimas de crueldades, em situaoes de risco em virtude de catástrofes naturais ou em decorrencia de atos humanos e abandonados;
- V - A defesa dos direitos dos animais, estabelecidas nesta Lei e na legislaao constitucional e infraconstitucional vigente no país, além de eventuais tratados internacionais;
- VI - O controle populacional de animais domésticos, especialmente cães e gatos.
- VII - a vacinaao preventiva dos animais recolhidos, de forma a coibir a proliferaao de doenças infectocontagiosas.

Art. 4o - Para os efeitos desta Lei, entende-se como:

- I - animais de estimaao:  um animal doméstico ou domesticado, tendo valor afetivo, passível de coabitar com o homem, selecionado para o convívio com os seres humanos;
- II - animais soltos: todo e qualquer animal errante perdido ou fugido em vias e logradouros públicos ou em locais de acesso público;
- III - animal abandonado: todo animal não mais desejado por seu tutor e retirado pelo mesmo, forçadamente de seus cuidados, guarda, vigilância ou autoridade, ficando assim, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono;
- IV - maus-tratos: toda e qualquer aao voltada contra os animais que implique em crueldade ou desleixo, ausência de alimentaao mínima necessária, excesso de peso de carga ou serviço, tortura, uso de animais feridos, alojamento e instalaoes inadequados ou imprrios  espécie ou porte, submissão a experiências científicas, falta de cuidados veterinários quando necessário, forma inadequada de adestramento e outras práticas que possam causar sofrimento físico ou emocional;
- V - resgate: reaquisiao de animal, recolhido junto ao órgão competente, pelo seu legítimo tutor;

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR/SP - RUA DOS JASMINS, 296 - CENTRO - CEP: 141 15-000 - GUATAPAR/SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

VI - recolhimento: ato praticado pelo órgão municipal de forma a garantir o mínimo existencial para os animais soltos ou abandonados;

VII - guarda: proteção provisória do animal pelo órgão municipal;

VIII - adoção: ato de entrega de animal não resgatado pelo setor competente ou entidades cadastradas, as pessoas físicas ou jurídicas;

XIX - esterilização cirúrgica:  o ato de tornar estéril, prevenir a multiplicação pela reprodução sexual, utilizando-se de técnica médica cirúrgica.

X - vacinação: medida voltada  prevenção do contágio entre animais e humanos, ou animais com outros animais, nas doenças infectocontagiosas.

Art. 5 -  vedado:

I - agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de atividade capaz de causar-lhes sofrimento ou dano, bem como, as que provoquem condições inaceitáveis de existência;

II - manter animais em local desprovido de asseio, salubridade, ou que lhes impeça a respiração, a movimento, o descanso ou os privem de ar e luminosidade;

III - obrigar os animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças, ainda que para aprendizagem e/ou adestramento e a todo ato punitivo do animal resulte em sofrimento;

V - abandonar qualquer animal, saudável, doente ou ferido, em via pública ou privada, urbana ou rural, inclusive nas Entidades Protetoras dos Animais ou no abrigo municipal de animais;

VI - vender ou expor  venda animais em áreas públicas ou privadas, sem a devida licença de autoridade competente;

VII - enclausurar animais a outros que os aterrorizem ou molestem;

VIII - conduzir animais presos a veículos motorizados ou não, exceto os veículos de tração animal, desde que adequado  espécie e a carga suportada;

IX - promover sorteios, ação entre amigos, rifas ou qualquer tipo de evento onde o prmio ou brinde seja um animal vivo;

X - deixar de ministrar cuidados indispensáveis a manutenção da vida



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

saudável do animal, inclusive assistência médica veterinária;

XI – praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir, queimar ou mutilar animais vivos.

XII – impor violência ao animal, seja esta física, sexual ou de qualquer outro meio, que cause dor sofrimento ou lesão;

XIII – manter o animal preso a corrente, sem permitir que o mesmo possa se locomover adequadamente, não lhe garantindo condio de vida saudável;

XIV – exercer a venda ambulante de animais vivos;

XV – ceder e/ou utilizar os animais sob sua guarda, para realizao de vivissecco, ou de qualquer forma de experimento;

§ 1 – Fica proibida a apresentao em espetáculo circense que utilize, ou tenha como atrativo, a exposio de animais de quaisquer espécies, domésticos ou silvestres, nativos ou exóticos, na forma da legislao em vigor.

§ 2 – Havendo infrao a qualquer inciso previsto neste artigo ou a outra disposio desta Lei, o responsável ficará sujeito às disposioes e penalidades previstas na Lei Federal n. 9.605/98, sem prejuízo das sanoes penais ou administrativas cabíveis.

CAPÍTULO II

DO RECOLHIMENTO DE ANIMAIS VIVOS

Art. 6 – O recolhimento de animais observar os procedimentos protetivos de manejo, de transporte, e de averiguao da existência de proprietário, de responsável ou de cuidador de sua comunidade.

§ 1 O animal reconhecido como comunitário será recolhido para fins de esterilizao, vacinao, registro e devoluo  comunidade de origem, após identificao e assinatura do termo de compromisso de seu cuidador principal.

§ 2 – Para efeitos dessa lei, considera-se “co comunitário” aquele que estabelece com a comunidade laços de dependência e manuteno, embora



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

não possua responsável único ou definitivo, seja este em virtude de abandono ou encontrado solto em vias públicas.

§ 3 - Os animais recolhidos nessa hipótese ficarão  disposição de seus responsáveis pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas, oportunidade em que serão vacinados e esterilizados.

§ 4 - vencido o prazo previsto no parágrafo anterior, os animais não resgatados ficarão sob a guarda temporária do órgão público ou entidades conveniadas, onde serão registrados e disponibilizados para adoção.

Art. 7 - Fica vedada a eliminação da vida dos animais tutelados por essa lei por qualquer órgão de controle municipal, canis públicos, ou estabelecimentos congneres, ressalvada a hipótese de eutanásia, permitida nos casos de enfermidades infectocontagiosas incuráveis, ou doenças graves que coloquem em risco a saúde de pessoas ou de outros animais, ou ainda, cause sofrimento insuportável ao animal enfermo.

Parágrafo nico - A eutanásia será justificada por laudo técnico fundamentado, emitido por profissional veterinário, precedido, quando for o caso, de exame laboratorial, facultado o acesso aos documentos por entidades de proteção dos animais.

Art. 8 - Para efetivação desta lei, o Poder Público Municipal poderá viabilizar as seguintes medidas:

I - A destinação de local para a manutenção e exposição dos animais disponibilizados para adoção, municipais ou privados que serão abertos  visitação pública, onde os animais serão alocados conforme critério de compleição física e temperamento;

II - Campanhas, que conscientizem o público da necessidade de esterilização, vacinação periódica, e de que o abandono, pelo padecimento infligido ao animal, configura, em tese, prática de crime ambiental.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIOES FINAIS

Art. 9° - A infração aos dispositivos desta lei acarretará a aplicação de multa administrativa ao infrator no valor de 1 (um) a 30 (trinta) salários-mínimos.

Art. 10 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão  conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS OITO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal

AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração